

# VOTORANTIM CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ 01.170.892/0001-31

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 17º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP) - Brasil, CEP 04794-000

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Quotistas,**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Votorantim Corretora") relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Votorantim Corretora é uma sociedade de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, operar em bolsas de valores, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros. A Votorantim Corretora possui quatro selos referentes às certificações do Programa de Qualificação Operacional

(PQO) para os segmentos Bovespa e BM&F. Essas certificações reconhecem a conformidade da Votorantim Corretora quanto a seu posicionamento estrutural e operacional, identificadas nas melhores práticas do setor. No encerramento de Dez/17, a Votorantim Corretora registrou patrimônio líquido de R\$ 266,8 milhões (R\$ 265,3 milhões em Dez/16). Em 2017, o resultado líquido foi de R\$ 1,8 milhão ante R\$ -1,7 milhão em 2016.

Conforme comunicado ao mercado em Set/17, alinhado ao plano estratégico de rentabilizar os negócios novos e atuais, a Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("VAM") realizou a incorporação da Votorantim Corretora, fortalecendo o atendimento no canal de Private Bank e deixando de

atuar no segmento Institucional. O Banco Votorantim S.A., controlador de ambas, aprovou a incorporação das empresas em reunião realizada dia 31 de janeiro de 2018.

A administração da Votorantim Corretora agradece aos quotistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018

**A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016				(Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	31.12.2017	31.12.2016		Nota	31.12.2017	31.12.2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>357.367</b>	<b>434.755</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>109.755</b>	<b>173.729</b>
Disponibilidades	4	734	751	Captações no Mercado Aberto	12a	303	1.369
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	279.006	283.790	Carteira própria		303	1.369
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros			1.359	Carteira de terceiros			
Títulos e Valores Mobiliários	6a	279.006	282.421	Outras Obrigações		109.452	172.360
Carteira própria		3.355	11.992	Sociais e estatutárias		4.586	3.363
Vinculados a compromissos de recompra		3.271	2.771	Fiscais e previdenciárias	13a	9.440	4.119
Vinculados à prestação de garantias		93	8.828	Negociação e intermediação de valores	7	76.952	142.441
Outros Créditos		73.611	138.000	Diversas	13b	18.474	22.437
Negociação e intermediação de valores	7	62.523	131.544	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>10.449</b>	<b>14.000</b>
Diversos	8	11.088	6.456	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<b>10.449</b>	<b>14.000</b>
Outros Valores e Bens		241	222	Captações no Mercado Aberto	12a	106	562
Despesas antecipadas		241	222	Carteira própria		106	562
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>29.628</b>	<b>18.314</b>	Carteira de terceiros		106	170
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<b>13.248</b>	<b>16.868</b>	Outras Obrigações		10.343	13.438
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	106	171	Fiscais e previdenciárias	13a	5.540	5.207
Aplicações no mercado aberto		106	171	Negociação e intermediação de valores	7	1.952	3.202
Títulos e Valores Mobiliários	6a	15.160	—	Diversas	13b	2.851	5.029
Vinculados à prestação de garantias		15.160	—	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>266.791</b>	<b>265.340</b>
Outros Créditos	8	13.142	16.697	Capital	16a	190.763	190.763
Diversos		13.142	16.697	De domiciliados no País		190.763	190.763
<b>PERMANENTE</b>		<b>1.220</b>	<b>1.446</b>	Reservas de Lucros	16b	76.028	74.577
Investimentos	9	672	694				
Outros investimentos		881	3.330				
(Imparidade acumulada)		(209)	(2.636)				
Imobilizado de uso	10	34	72				
Outras imobilizações de uso		1.756	1.913				
(Depreciação acumulada)		(1.722)	(1.841)				
Intangível	11	514	680				
Ativos intangíveis		1.341	969				
(Amortização acumulada)		(827)	(289)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>386.995</b>	<b>453.069</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>386.995</b>	<b>453.069</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social		Reservas de Lucros			Lucros/(Prejuízo)		Total
		Capital	Reservas	Reserva Legal	Expansão	Outras Reservas	Reservas	Acumulados	
<b>Saldos em 31.12.2015</b>		<b>185.970</b>	<b>14.128</b>	<b>62.132</b>	<b>—</b>	<b>4.793</b>	<b>—</b>	<b>267.023</b>	
Aumento de Capital	16a	4.793	—	—	—	(4.793)	—	—	
Prejuízo do período		—	—	—	—	—	(1.683)	(1.683)	
Destinações:									
Reserva legal		—	121	—	—	—	(121)	—	
Absorção do prejuízo		—	—	(1.804)	—	—	1.804	—	
<b>Saldos em 31.12.2016</b>		<b>190.763</b>	<b>14.249</b>	<b>60.328</b>	<b>—</b>	<b>1.173</b>	<b>—</b>	<b>265.340</b>	
Mutações do período		4.793	121	(1.804)	(4.793)	—	—	(1.683)	
<b>Saldos em 30.06.2017</b>		<b>190.763</b>	<b>14.527</b>	<b>60.328</b>	<b>—</b>	<b>5.281</b>	<b>270.899</b>		
Prejuízo do período		—	—	—	—	(3.717)	(3.717)	—	
Destinações:									
Dividendos	16c	—	—	—	—	(391)	(391)	—	
Reserva especiais de lucros		—	—	—	—	1.173	(1.173)	—	
<b>Saldos em 31.12.2017</b>		<b>190.763</b>	<b>14.527</b>	<b>60.328</b>	<b>1.173</b>	<b>266.791</b>	<b>266.791</b>		
Mutações do período		—	—	—	—	(5.281)	(4.108)	—	
<b>Saldos em 31.12.2016</b>		<b>190.763</b>	<b>14.249</b>	<b>60.328</b>	<b>—</b>	<b>1.842</b>	<b>1.842</b>		
Lucro do período		—	—	—	—	—	—	—	
Destinações:									
Reserva legal		—	278	—	—	(278)	—	—	
Dividendos	16c	—	—	—	—	(391)	(391)	—	
Reserva especiais de lucros		—	—	—	—	1.173	(1.173)	—	
<b>Saldos em 31.12.2017</b>		<b>190.763</b>	<b>14.527</b>	<b>60.328</b>	<b>1.173</b>	<b>266.791</b>	<b>266.791</b>		
Mutações do período		—	278	—	—	—	—	—	

O Lucro por Quota está divulgado na Demonstração do Resultado.  
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
<b>Receitas</b>		<b>16.273</b>	<b>45.013</b>	<b>63.803</b>
Receitas de intermediação financeira		13.169	30.550	41.285
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	14a/14b	6.651	17.918	22.428
Outras receitas/despesas	14e/14f/15	(3.547)	(3.455)	90
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(19)</b>	<b>(101)</b>	<b>(355)</b>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		<b>(4.848)</b>	<b>(9.239)</b>	<b>(18.037)</b>
Materiais, água, energia e gás	14d	(80)	(108)	(59)
Serviços de terceiros	14d	(9)	(39)	(25)
Comunicações	14d	(317)	(668)	(861)
Processamento de dados	14d	(2.090)	(4.523)	(5.320)
Transporte	14d	(54)	(95)	(100)
Serviços de vigilância e segurança	14d	(25)	(33)	(9)
Serviços técnicos especializados	14d	(1.584)	(2.368)	(9.231)
Serviços do sistema financeiro	14d	(26)	(60)	(397)
Outras	14d	(663)	(1.345)	(2.035)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>11.406</b>	<b>35.673</b>	<b>45.411</b>
Despesas de amortização/depreciação	14d	(294)	(567)	(248)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>		<b>11.112</b>	<b>35.106</b>	<b>45.163</b>
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>		<b>11.112</b>	<b>35.106</b>	<b>45.163</b>
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>		<b>5.070</b>	<b>14.310</b>	<b>34.743</b>
Pessoal		1.982	6.613	25.960
Salários e honorários	14c	1.054	3.898	3.317
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		1.155	2.191	2.229
Benefícios e treinamentos	14c	879	1.608	3.237
FGTS		8.885	17.156	9.615
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>9.271</b>	<b>18.129</b>	<b>11.272</b>
Federais		386	973	1.657
Municipais		488	825	831
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		<b>488</b>	<b>825</b>	<b>831</b>
Aluguéis	14d	488	825	831
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		<b>(3.717)</b>	<b>1.842</b>	<b>(1.683)</b>
Dividendos		(391)	(391)	—
Lucro retido (Prejuízo absorvido)		(3.266)	2.233	(1.683)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

- 1. A CORRETORA E SUAS OPERAÇÕES**  
A Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Sociedade") é uma sociedade de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, operar em Bolsas de valores, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros.  
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).  
A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Sociedade, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.  
A Sociedade aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.  
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2018.
- 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

- a) Apuração do resultado**  
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indicadores atualizados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.
- b) Moeda funcional e de apresentação**  
A moeda de apresentação e a moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado.
- c) Mensuração a valor presente**  
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Sociedade, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.
- d) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.
- e) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.
- f) Títulos e valores mobiliários - TVM**  
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:  
**Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;  
**Títulos disponíveis para venda:** Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e  
**Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.  
A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos em os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.  
Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

**g) Despesas antecipadas**  
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

**h) Ativo permanente**  
**Investimentos:** os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.  
**Imobilizado de Uso:** o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 10).  
**Intangível:** o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* (Nota Explicativa nº 11). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 14d).

**i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade**  
A Sociedade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

**Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros: Intangível**

**Softwares** - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Sociedade, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.  
As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

**Benefícios a empregados**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazos são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o Princípio da competência, o pronunciamento requer que a Sociedade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.  
A Sociedade possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de 1 a, no máximo, 4 anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 19.

**k) Captações no mercado aberto**  
As captações no mercado são demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

**l) Tributos**  
Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas vigentes
<b>Tributos</b>	
Imposto de Renda (15% + adicional de 1	

# VOTORANTIM CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ 01.170.892/0001-31

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 17º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP) - Brasil, CEP 04794-000

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

### a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	31.12.2017				31.12.2016			
	Valor de Mercado	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
<b>Vencimento em Dias</b>	<b>181 a 360</b>							
Carteira própria	3.355	-	3.355	3.355	-	2.771	2.771	-
Vinculados a compromisso de recompra	327	-	327	327	-	393	393	-
Vinculados à prestação de garantias	93	15.160	15.253	15.253	-	8.830	8.828	(2)
<b>Total</b>	<b>3.775</b>	<b>15.160</b>	<b>18.935</b>	<b>18.935</b>	<b>-</b>	<b>11.994</b>	<b>11.992</b>	<b>(2)</b>

### a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

	31.12.2017				31.12.2016			
	Valor de Mercado	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
<b>Vencimento em Anos</b>								
1 - Títulos para negociação	3.775	-	-	3.775	3.775	11.994	11.992	-
2 - Títulos Disponíveis para Venda	-	15.160	15.160	15.160	15.160	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.775</b>	<b>15.160</b>	<b>18.935</b>	<b>18.935</b>	<b>11.994</b>	<b>11.992</b>	<b>-</b>	<b>11.992</b>

### a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Por Carteira</b>						
Carteira própria	3.355	-	3.355	2.771	-	2.771
Vinculados a compromisso de recompra	327	-	327	393	-	393
Vinculados à prestação de garantias	93	15.160	15.253	8.828	-	8.828
<b>Total</b>	<b>3.775</b>	<b>15.160</b>	<b>18.935</b>	<b>11.992</b>	<b>-</b>	<b>11.992</b>

### a.5) Resumo da carteira por categoria

	31.12.2017	31.12.2016
1 - Título para Negociação	3.775	11.992
2 - Títulos Disponíveis para Venda	15.160	80%
<b>Valor contábil/mercado da carteira</b>	<b>18.935</b>	<b>100%</b>

### b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	11.890	28.181	38.296
Títulos de renda fixa	1.121	2.147	2.783
Rendas de aplicações no mercado aberto (Nota 5b)	8	72	206
Rendas de aplicações em fundos de investimento	150	150	-
<b>Total</b>	<b>13.169</b>	<b>30.550</b>	<b>41.285</b>

### c) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houveram reclassificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

### 7. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Outros Créditos</b>		
Caixas de registro e liquidação	51.968	39.875
Devedores - conta liquidações pendentes	10.555	91.669
<b>Total</b>	<b>62.523</b>	<b>131.544</b>
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Outras Obrigações</b>		
Caixas de registro e liquidação	113	129
Cretores - conta liquidações pendentes	65.922	70.434
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	9.145	70.492
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	3.724	4.588
<b>Total</b>	<b>78.904</b>	<b>145.643</b>
Passivo circulante	76.952	142.441
Passivo não circulante	1.952	3.202

### 11. INTANGÍVEL

#### a) Movimentação e composição

	31.12.2016	Exercício/2017			31.12.2017	
	Saldo contábil	Aquisição/Ativação	Baixas	Amortização	Imparidade	Valor de custo
Softwares adquiridos	-	-	-	(1)	-	3
Licenças de uso	678	373	(538)	-	1.338	(825)
<b>Total</b>	<b>680</b>	<b>373</b>	<b>(538)</b>	<b>-</b>	<b>1.341</b>	<b>(827)</b>

#### b) Estimativa de Amortização

Valores a amortizar	2018	Total
	514	514

### 12. CAPTAÇÕES NO MERCADO

#### a) Captações no mercado aberto

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Carteira Própria</b>	<b>303</b>	<b>392</b>
Títulos privados - Outros	303	392
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>106</b>	<b>1.539</b>
Títulos privados - Debêntures	106	1.539
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>1.931</b>
Passivo circulante	303	1.369
Passivo não circulante	106	562

#### b) Despesas com operações de captação no mercado

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
<b>Despesas de Captações no Mercado Aberto</b>	<b>(19)</b>	<b>(101)</b>	<b>(355)</b>
Carteira própria	(11)	(28)	(159)
Carteira de terceiros	(8)	(73)	(196)
<b>Total</b>	<b>(19)</b>	<b>(101)</b>	<b>(355)</b>

### 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	11.143	5.207
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	3.641	3.335
Impostos e contribuições a recolher	196	784
<b>Total</b>	<b>14.980</b>	<b>9.326</b>
Passivo circulante	9.440	4.119
Passivo não circulante	5.540	5.207

#### b) Diversas

	31.12.2017	31.12.2016
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 20e1)	1.548	2.250
Cretores diversos - no País	14	31
Provisão para pagamentos a efetuar	8.738	10.276
Provisão para demandas fiscais (Nota 20e1) (1)	577	520
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.438	924
Provisão para reestruturações	9.010	13.465
<b>Total</b>	<b>21.325</b>	<b>27.466</b>
Passivo circulante	18.474	22.437
Passivo não circulante	2.851	5.029

(1) Inclui obrigações legais.

### 14. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

#### a) Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Comissões sobre colocação de títulos	216	1.440	1.296
Corretagens de operações em Bolsa	5.342	14.181	18.342
Rendas de serviços de custódia	268	534	417
Outros serviços	85	229	776
<b>Total</b>	<b>5.911</b>	<b>16.384</b>	<b>20.831</b>

#### b) Rendas de tarifas de serviços

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Rendas de corretagem	740	1.534	1.597
<b>Total</b>	<b>740</b>	<b>1.534</b>	<b>1.597</b>

#### c) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Benefícios	(1.080)	(2.111)	(2.208)
Encargos sociais	(2.058)	(4.662)	(6.464)
Proventos	(4.659)	(9.733)	(12.440)
Demandas trabalhistas (1)	2.677	3.120	(13.520)
Trainamentos	(75)	(80)	(21)
<b>Total</b>	<b>(5.195)</b>	<b>(13.466)</b>	<b>(34.653)</b>

(1) Inclui reversões de provisões constituídas em exercícios anteriores.

#### d) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Água, energia e gás	(58)	(76)	(38)
Aluguéis	(488)	(825)	(831)
Comunicações	(317)	(668)	(861)
Emolumentos judiciais e cartorários	(19)	(17)	(64)
Manutenção e conservação de bens	(107)	(183)	(105)
Material	(22)	(32)	(21)
Processamento de dados	(2.090)	(4.523)	(5.320)
Promoções e relações públicas	(55)	(172)	(385)
Publicações	(15)	(103)	(113)
Serviços de terceiros	(9)	(39)	(25)
Serviços do sistema financeiro	(26)	(60)	(397)
Serviços técnicos especializados	(1.584)	(2.368)	(9.231)
Transportes	(54)	(95)	(100)
Viagens	(36)	(165)	(601)
Vigilância e segurança	(23)	(9)	(9)
Amortização	(283)	(539)	(187)
Depreciação	(11)	(28)	(61)
Outras	(443)	(712)	(777)
<b>Total</b>	<b>(5.631)</b>	<b>(10.631)</b>	<b>(19.116)</b>

#### e) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Reversão de provisões - demandas cíveis	-	-	4
Atualização de depósitos em garantia	231	539	843
Varição monetária ativa	1	4	343
Reversão de provisão para remuneração variável	113	113	2
Outras	16	98	593
<b>Total (1)</b>	<b>361</b>	<b>754</b>	<b>1.785</b>

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

#### f) Outras despesas operacionais

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Atualização de remuneração variável (ações virtuais)	(174)	(293)	(619)
Despesas de encargos (adesão REFIIS e PERT)	(3.611)	(3.803)	(614)
Demandas fiscais	-	-	(28)
Outras	(123)	(388)	(350)
<b>Total (1)</b>	<b>(3.908)</b>	<b>(4.484)</b>	<b>(1.611)</b>

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

### 15. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>-</b>	<b>286</b>	<b>200</b>
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	16	200
Reversão de provisão para perdas com incentivos fiscais	-	270	-
<b>Despesas não operacionais</b>	<b>-</b>	<b>(11)</b>	<b>(284)</b>
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	-	-	(68)
Outras despesas não operacionais	-	(11)	(216)
<b>Total (1)</b>	<b>-</b>	<b>275</b>	<b>(84)</b>

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

### 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 190.763 (R\$ 190.763 em 31 de dezembro de 2016), está representado por 19.076.313.565 quotas subscritas e integralizadas (19.076.313.565 quotas em 31 de dezembro de 2016).

Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizada em 29 de abril de 2016, os sócios aprovaram o aumento do Capital Social mediante a destinação do Lucro do exercício de 2015 no valor de R\$ 4.793, com a emissão de 479.313.158 novas quotas realizada de maneira a manter suas respectivas participações no Capital Social da Sociedade. A alteração de capital foi aprovada pelo Banco Central do Brasil por despacho em 25 de maio de 2016.

#### b) Reserva de lucros

**Reserva legal**  
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

### 8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamentos e antecipações salariais	-	22
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 20g)	8.467	8.092
Impostos e contribuições a compensar	2.734	2.454
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 17d)	9.871	12.440
Devedores diversos - País	3.154	5
Outros	4	140
<b>Total</b>	<b>24.230</b>	<b>23.153</b>
Ativo circulante	11.088	6.456
Ativo não circulante	13.142	16.697

### 9. INVESTIMENTOS

	31.12.2017	31.12.2016
Investimentos por incentivos fiscais	881	330
<b>Total</b>	<b>881</b>	<b>330</b>
(Imparidade acumulada)	(209)	(2.636)

### 10. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2016	Exercício/2017			31.12.2017
	Saldo contábil	Movimentação	Depreciação	de custo	Saldo contábil
Móveis e equipamentos de uso	40	(13)	(14)	202	(189)
Sistema de comunicação	-	-	-	520	(520)
Sistema de processamento de dados	32	-	(13)	1.031	(1.012)
Instalações	-	3	(1)	3	(1)
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>(10)</b>	<b>(28)</b>	<b>1.756</b>	<b>(1.722)</b>

### 11. INTANGÍVEL

#### a) Movimentação e composição

	31.12.2016	Exercício/2017			31.12.2017	
	Saldo contábil	Aquisição/Ativação	Baixas	Amortização	Imparidade	Valor de custo
Softwares adquiridos	-	-	-	(1)	-	3
Licenças de uso	678	373	(538)	-	1.338	

# VOTORANTIM CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ 01.170.892/0001-31

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 17º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP) - Brasil, CEP 04794-000

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

- c) Risco de liquidez**  
O risco de liquidez é definido como:
- A possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
  - Possibilidade de o Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- d) Risco operacional**  
Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.
- e) Risco de mercado**  
Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.
- f) Gerenciamento de capital**  
Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Sociedade adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.  
Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.846, a Sociedade dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do Capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:
- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
  - Políticas e estratégias documentadas;
  - Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
  - Testes de estresse e seus impactos no Capital;
  - Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
  - Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
  - Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).
- Em março de 2017 o Bacen publicou a Resolução nº 4.557, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de Capital, revogando as Resoluções CMN nº 3.988, nº 3.380, nº 3.464, nº 3.721, nº 4.090 após prazo de implementação das novas recomendações previsto na norma. O Banco Votorantim está classificado no Segmento 2 (S2), conforme Resolução nº 4.553 do CMN, neste caso, a Resolução nº 4.557 deve ser implementada até fevereiro de 2018.

### Suficiência de Capital (visão regulatória)

A gestão do Capital na Sociedade é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da Sociedade.

Visando a avaliação da suficiência de Capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a Sociedade elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de Capitais (Basileia, Nível I e Principal).

#### Índices de Capital

Os índices de Capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do Capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar; II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal. Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

(i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;

(ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;

(iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;

(iv) participação de não controladores;

(v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do Capital Social de Companhias assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e Companhias abertas de previdência complementar (investimentos superiores);

(vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;

(vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;

(viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013. Em 31 de dezembro de 2017, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,53% (15,06% em 31 de dezembro de 2016).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no website: [www.bancovotorantim.com.br/ri](http://www.bancovotorantim.com.br/ri)

## 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Sociedade aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2017.

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a) Incorporação da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Por Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Reunião de Sócios da Votorantim - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., realizados em 31 de janeiro de 2018, o Banco Votorantim S.A., controlador de ambas, aprovou a incorporação da Votorantim CTVM pela Votorantim Asset, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre elas. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017, data base da operação, no montante de R\$ 266.791; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se pela descontinuação das atividades da Votorantim CTVM e a identidade de objeto entre as sociedades envolvidas e representa o aprimoramento da estrutura societária do Conglomerado, acarreta a racionalização de suas operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência, a Votorantim CTVM teve sua personalidade jurídica extinta e a Votorantim Asset passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação implicará em um aumento do Capital Social da Votorantim Asset no montante de R\$ 190.763, mediante a emissão de 19.076.313.565 novas quotas de valor nominal unitário de R\$ 0,01, a serem atribuídas aos sócios da Votorantim CTVM, em substituição às suas participações nesta detidas. Além da alteração na cláusula de Capital Social, o Contrato Social da Votorantim Asset não sofrerá qualquer outra alteração.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 da Votorantim CTVM incorporados pela Votorantim Asset:

Ativos: R\$ 386.995

Passivos: R\$ 120.204

Patrimônio Líquido: R\$ 266.791

## A DIRETORIA

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Quotistas da

**Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Evento subsequente

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº23 às demonstrações contábeis, que descreve a incorporação da Sociedade pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("DTVM"), conforme a Reunião de Sócios da Sociedade e Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da DTVM realizados em 31 de janeiro de 2018 e, com base no acervo líquido avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017. Como decorrência, a Sociedade teve sua personalidade jurídica extinta e a DTVM passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis,

conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas

demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018



KPMG Auditores Independentes

CRC 25P014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador - CRC 15P245785/O-2